

MENSAGEM DE LEI №. <u>030</u> /2023

Senhores Vereadores,

A Presente Proposição tem por objetivo alterar a Lei Municipal Nº 1908/2023 que "Dispõe sobre os Cargos Comissionados do Poder Legislativo do Município de Buritis e dá outras providências", com o objetivo de atender as necessidades atual do Poder Legislativo.

Assim, conto com a colaboração dos Nobres Edis, para a aprovação do presente Projeto de Lei.

Costa, aos nove dezesseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e três.

Moises Paulo da Costa

Presidente da CMB



Projeto de Lei № <u>158</u>/2023

# "Altera a Lei Municipal № 1908/2023"

A Câmara Municipal de Buritis, no uso das atribuições que lhes são conferidas por lei. Decreta:

Lei

Art. 1º Altera o art. 14 da Lei Municipal № 1908/2023, incluindo o inciso X, que passará a contar com a seguinte redação:

Art. 14. ...

I – ...

III - ...

IV - ...

V – ...

VI - ...

VII - ...

VIII - ...

IX - ...

X - Chefe de Gabinete da Presidência.

- **Art. 2º** Altera o art. 15 da Lei Municipal Nº 1908/2023, que passará a contar com a seguinte redação:
- Art. 15. Os servidores efetivos que vierem a ocupar cargos comissionados, perceberão todas as vantagens já adquiridas de sua remuneração mais o valor da Função Gratificada prevista no Anexo II.
- **Art. 3º** Altera o Anexo I, da Lei Municipal Nº 1908/2023, que passará a contar com a seguinte redação:



ANEXO I				
CARGO	DIRETOR GERAL			
NATUREZA DO CARGO	FUNÇÃO GRATIFICADA/COMISSIONADO (MISTO)			
	I – dirigir, planejar, organizar e coordenar as atividades e serviços			
	de todos os Departamentos do Poder Legislativo;			
	II – acompanhar os trabalhos pertinentes a todo o processo			
	Legislativo, Financeiro, de pessoal e patrimonial do Poder			
	Legislativo Municipal.			
	III – assessorar os Parlamentares nas atividades administravas da			
	Câmara;			
	IV – apresentar ao presidente da Câmara, quando solicitado,			
	relatório sobre o trabalho desenvolvido pelos Departamentos e			
	servidores da Câmara Municipal;			
, i	V – reunir periodicamente os servidores do Legislativo para			
FUNÇÕES/ATRIBUIÇÕES	discutir assuntos diretamente ligados as atividades necessárias			
	para o aperfeiçoamento da prestação de serviços no setor			
	público;			
,	VI – promover, com o aval do presidente, a abertura de processo			
	administrativo disciplinar ou Inquérito administrativo, quando			
	constatada a infração moral, legal ou ética por parte de servidor			
	ou vereador;			
	VII – promover, com o aval do presidente, a abertura de Tomada			
	de Contas Especial, quando da constatação de possível			
	irregularidade praticada por servidores ou vereadores, com			
	relação ética financeira ou administrativa.			
	VIII – acompanhar e exigir relatórios atualizados, bem como			
	pareceres, dos diretores de Departamentos bem como de			
	prestadores de serviços.			
	IX – controlar a execução de serviços dos Departamentos para a			



	adequada manutenção e funcionamento da Câmara Municipal;
,	X – viabilizar a estrutura de móveis, materiais e equipamentos
	necessários ao pleno e adequado funcionamento da Câmara
	Municipal;
	XI – proceder a aplicação de penalidades funcionais, tais como
	advertência e suspensão de servidores, em caso de infração.
	XII – realizar o planejamento anual das atividades de compras e
	serviços, com a finalidade de garantir o bom funcionamento;
	XIII – desempenhar todas as demais atividades de administração
	dos serviços do Poder Legislativo Municipal, para que haja o
	cumprimento das funções afetas.
	XIV – desempenhar todas as atividades inerentes ao cargo, bem
	como as demais que lhe sejam atribuídas através de leis,
	Resolução ou Portaria.
CARGO	DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS E FINANÇAS
2000 LOUR COLUMN	
NATUREZA DO CARGO	FUNÇÃO GRATIFICADA/COMISSIONADO (MISTO)
NATUREZA DO CARGO	FUNÇÃO GRATIFICADA/COMISSIONADO (MISTO)  I – planejar, organizar, administrar e propor a política de pessoal
NATUREZA DO CARGO	
NATUREZA DO CARGO	I – planejar, organizar, administrar e propor a política de pessoal
NATUREZA DO CARGO	I – planejar, organizar, administrar e propor a política de pessoal do Serviço Público Municipal;
NATUREZA DO CARGO	<ul> <li>I – planejar, organizar, administrar e propor a política de pessoal do Serviço Público Municipal;</li> <li>II – iniciar o processo de Seleção de pessoal, através de teste</li> </ul>
NATUREZA DO CARGO	<ul> <li>I – planejar, organizar, administrar e propor a política de pessoal do Serviço Público Municipal;</li> <li>II – iniciar o processo de Seleção de pessoal, através de teste seletivo, concurso público, ou outra modalidade;</li> </ul>
	<ul> <li>I – planejar, organizar, administrar e propor a política de pessoal do Serviço Público Municipal;</li> <li>II – iniciar o processo de Seleção de pessoal, através de teste seletivo, concurso público, ou outra modalidade;</li> <li>III - promover os procedimentos necessários para a nomeação ou</li> </ul>
NATUREZA DO CARGO  FUNÇÕES/ATRIBUIÇÕES	<ul> <li>I – planejar, organizar, administrar e propor a política de pessoal do Serviço Público Municipal;</li> <li>II – iniciar o processo de Seleção de pessoal, através de teste seletivo, concurso público, ou outra modalidade;</li> <li>III - promover os procedimentos necessários para a nomeação ou exoneração de servidores, conforme determinação da</li> </ul>
	<ul> <li>I – planejar, organizar, administrar e propor a política de pessoal do Serviço Público Municipal;</li> <li>II – iniciar o processo de Seleção de pessoal, através de teste seletivo, concurso público, ou outra modalidade;</li> <li>III - promover os procedimentos necessários para a nomeação ou exoneração de servidores, conforme determinação da Presidência;</li> </ul>
	I – planejar, organizar, administrar e propor a política de pessoal do Serviço Público Municipal;  II – iniciar o processo de Seleção de pessoal, através de teste seletivo, concurso público, ou outra modalidade;  III - promover os procedimentos necessários para a nomeação ou exoneração de servidores, conforme determinação da Presidência;  IV – sugerir a promoção ou ascensões funcionais;
	<ul> <li>I – planejar, organizar, administrar e propor a política de pessoal do Serviço Público Municipal;</li> <li>II – iniciar o processo de Seleção de pessoal, através de teste seletivo, concurso público, ou outra modalidade;</li> <li>III - promover os procedimentos necessários para a nomeação ou exoneração de servidores, conforme determinação da Presidência;</li> <li>IV – sugerir a promoção ou ascensões funcionais;</li> <li>V – promover sindicâncias, PAD, Comissão de Tomada de Contas</li> </ul>
	I – planejar, organizar, administrar e propor a política de pessoal do Serviço Público Municipal;  II – iniciar o processo de Seleção de pessoal, através de teste seletivo, concurso público, ou outra modalidade;  III - promover os procedimentos necessários para a nomeação ou exoneração de servidores, conforme determinação da Presidência;  IV – sugerir a promoção ou ascensões funcionais;  V – promover sindicâncias, PAD, Comissão de Tomada de Contas Especial e inquéritos administrativos, internos ou externos;



desligamento de pessoal;

VIII – controlar os sistemas, cartão, ficha ou livro ponto;

IX – controlar o pagamento de benefícios, gratificações e progressões dos servidores da Câmara Municipal;

X – sugerir as atualizações da legislação Municipal normativa de pessoal;

XI– conhecer a legislação e normas administrativas que versem sobre a administração de pessoal;

XII – elaborar as folhas de pagamento, rescisões de contrato, fichas de tempo de contribuição previdenciária, ficha de tempo de serviço, fichas financeiras e documentos relativos a férias e similares;

XIII – promover a fixação e divulgação, aos servidores e ao público em geral, do horário de trabalho;

XIV – calcular, preencher documentos de arrecadação e controlar encargos sociais;

XV – prestar informações formais e informais sobre o pessoal do
 Serviço Público do Poder legislativo Municipal;

XVI – manter sob a sua guarda os documentos e livros exigidos pela Legislação;

XVII – encaminhar ao Diretor Geral de Administração Legislativa os casos de mérito ou infrações cometidas pelos servidores para as medidas cabíveis;

XVIII – propor medidas tendentes a solucionar problemas de pessoal do Serviço Público Municipal do Poder Legislativo;

XIX – vistoriar os registros e anotações em documentos de movimentação de pessoal;

XX – assessorar ao Diretor Geral de Administração Legislativa, nos assuntos referentes ao pessoal;



XXI – propor, para a inclusão na Lei Orçamentária Anual,
 propostas de dotações para pessoal;

XXII – conhecer as normas de direito e Legislação Tributária;

XXIII – efetuar os lançamentos contábeis pertencentes a folha de pagamento dos servidores;

XXIV – prestar informações cadastrais;

XXV – assessorar ao Contador e ao Controlador Interno da Câmara Municipal, nos assuntos referentes aos Recursos Humanos e finanças;

XXVI – prestar contas e responder pelos seus atos;

XXVII - receber repasses financeiros;

XXVIII — efetuar lançamentos nas notas de despesas, notas de autorização de despesas, lançamentos de empenho, liquidações, retenções de liquidação, nota extraorçamentárias, pertencentes a folha de pagamento;

XXIX – promover a emissão de documento de quitação referentes a repasses;

XXX- registrar de forma própria prevista em Lei, os documentos de despesas;

XXXI – autorizar e assinar juntamente com o Presidente da Câmara, os pagamentos orçamentários e extraorçamentários;

XXXII – promover o empenho da despesa, em consonância com o orçamento e as demais determinações legais;

XXXIII – administrar o pessoal e patrimônio lotado e a disposição da sua Divisão;

XXXIV – participar da elaboração da tríade Orçamentária;

XXXV – promover o registro e controle dos créditos e débitos da Câmara Municipal;

XXXVI – dirigir e implementar estudos e pesquisas visando a



	implantação de sistemas e métodos de trabalho que visem			
	melhorar o desempenho controlacional e financeiro do Poder			
	Legislativo Municipal;			
	XXXVII – listar todos os créditos e débitos da Câmara Municipa			
	para permitir uma análise permanente da situação financeira e o			
	estabelecimento de um escalonamento dos desembolsos			
	financeiros;			
	XXXVIII – assinar e responder juntamente com a presidência os			
	atos financeiros pertencentes ao Fundo Especial da Câmara			
	Municipal, estabelecidos em lei;			
	XXXIX – desempenhar todas as atividades inerentes ao cargo, bem			
	como as demais que lhe sejam atribuídas através de leis,			
	Resolução ou Portaria.			
CARGO	DIRETOR LEGISLATIVO			
EUR EUROPE DE PROPERTIES EN LE COMPTION EUROPE DE LE COMPTION DE L	FUNÇÃO GRATIFICADA/COMISSIONADO (MISTO)			
NATUREZA DO CARGO	FUNÇÃO GRATIFICADA/COMISSIONADO (MISTO)			
NATUREZA DO CARGO	FUNÇÃO GRATIFICADA/COMISSIONADO (MISTO)  I – assessorar a Mesa Diretora e as comissões permanentes e			
NATUREZA DO CARGO				
NATUREZA DO CARGO	I – assessorar a Mesa Diretora e as comissões permanentes e			
NATUREZA DO CARGO	I – assessorar a Mesa Diretora e as comissões permanentes e temporárias em matérias que exijam apreciação técnica e			
NATUREZA DO CARGO	<ul> <li>I – assessorar a Mesa Diretora e as comissões permanentes e temporárias em matérias que exijam apreciação técnica e regimental, auxiliando na elaboração dos pareceres;</li> </ul>			
NATUREZA DO CARGO	<ul> <li>I – assessorar a Mesa Diretora e as comissões permanentes e temporárias em matérias que exijam apreciação técnica e regimental, auxiliando na elaboração dos pareceres;</li> <li>II – auxiliar na elaboração de projetos de lei, emenda à Lei</li> </ul>			
NATUREZA DO CARGO	<ul> <li>I – assessorar a Mesa Diretora e as comissões permanentes e temporárias em matérias que exijam apreciação técnica e regimental, auxiliando na elaboração dos pareceres;</li> <li>II – auxiliar na elaboração de projetos de lei, emenda à Lei Orgânica do Município, decreto legislativo, resolução e demais</li> </ul>			
NATUREZA DO CARGO	<ul> <li>I – assessorar a Mesa Diretora e as comissões permanentes e temporárias em matérias que exijam apreciação técnica e regimental, auxiliando na elaboração dos pareceres;</li> <li>II – auxiliar na elaboração de projetos de lei, emenda à Lei Orgânica do Município, decreto legislativo, resolução e demais documentos solicitados pelo chefe do poder legislativo;</li> </ul>			
NATUREZA DO CARGO  FUNÇÕES/ATRIBUIÇÕES	<ul> <li>I – assessorar a Mesa Diretora e as comissões permanentes e temporárias em matérias que exijam apreciação técnica e regimental, auxiliando na elaboração dos pareceres;</li> <li>II – auxiliar na elaboração de projetos de lei, emenda à Lei Orgânica do Município, decreto legislativo, resolução e demais documentos solicitados pelo chefe do poder legislativo;</li> <li>III – orientar e acompanhar os trabalhos durante as sessões</li> </ul>			
	I – assessorar a Mesa Diretora e as comissões permanentes e temporárias em matérias que exijam apreciação técnica e regimental, auxiliando na elaboração dos pareceres; II – auxiliar na elaboração de projetos de lei, emenda à Lei Orgânica do Município, decreto legislativo, resolução e demais documentos solicitados pelo chefe do poder legislativo; III – orientar e acompanhar os trabalhos durante as sessões legislativas;			
	I — assessorar a Mesa Diretora e as comissões permanentes e temporárias em matérias que exijam apreciação técnica e regimental, auxiliando na elaboração dos pareceres; II — auxiliar na elaboração de projetos de lei, emenda à Lei Orgânica do Município, decreto legislativo, resolução e demais documentos solicitados pelo chefe do poder legislativo; III — orientar e acompanhar os trabalhos durante as sessões legislativas; IV — elaborar as Editais, pautas e roteiros das sessões legislativas;			
	I — assessorar a Mesa Diretora e as comissões permanentes e temporárias em matérias que exijam apreciação técnica e regimental, auxiliando na elaboração dos pareceres; II — auxiliar na elaboração de projetos de lei, emenda à Lei Orgânica do Município, decreto legislativo, resolução e demais documentos solicitados pelo chefe do poder legislativo; III — orientar e acompanhar os trabalhos durante as sessões legislativas; IV — elaborar as Editais, pautas e roteiros das sessões legislativas; V — acompanhar a tramitação dos processos legislativos;			
	I — assessorar a Mesa Diretora e as comissões permanentes e temporárias em matérias que exijam apreciação técnica e regimental, auxiliando na elaboração dos pareceres; II — auxiliar na elaboração de projetos de lei, emenda à Lei Orgânica do Município, decreto legislativo, resolução e demais documentos solicitados pelo chefe do poder legislativo; III — orientar e acompanhar os trabalhos durante as sessões legislativas; IV — elaborar as Editais, pautas e roteiros das sessões legislativas; V — acompanhar a tramitação dos processos legislativos; VI — assessorar nos prazos de tramitação dos processos.			
	I — assessorar a Mesa Diretora e as comissões permanentes e temporárias em matérias que exijam apreciação técnica e regimental, auxiliando na elaboração dos pareceres; II — auxiliar na elaboração de projetos de lei, emenda à Lei Orgânica do Município, decreto legislativo, resolução e demais documentos solicitados pelo chefe do poder legislativo; III — orientar e acompanhar os trabalhos durante as sessões legislativas; IV — elaborar as Editais, pautas e roteiros das sessões legislativas; V — acompanhar a tramitação dos processos legislativos; VI — assessorar nos prazos de tramitação dos processos. VII — manter o arquivo dos processos legislativos identificado,			



		encaminhando-os ao Poder Executivo;					
		IX – encaminhar as matérias lidas em plenário para o e-mail, ou					
		em sistema informatizado dos vereadores;					
		<ul> <li>X – averiguar e atestar frequência dos Vereadores nas sessiplenárias, enviando o respectivo relatório mensal</li> </ul>					
		Departamento de Recursos humanos e financeiros;					
		XI – secretariar, quando solicitado, as reuniões das comissões					
		permanentes e temporárias;					
		XII – Desempenhar todas as demais atividades inerentes ao cargo					
		e as que lhe forem atribuídas pelo Presidente do Poder Legislativo					
		ou pelo Diretor Geral.					
	CARGO	DIRETOR DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO					
N	ATUREZA DO CARGO	FUNÇÃO GRATIFICADA/COMISSIONADO (MISTO)					
	~/	I – atuar junto à ao setor de Contabilidade promovendo o controle					
FUNÇ	ÕES/ATRIBUIÇÕES	e execução orçamentária;					
		II – análise dos processos com vistas à emissão das notas de					
		reserva orçamentária e notas de empenho;					
		III - Apurar resultados contábeis e orçamentários;					
		IV - Elaborar o Orçamento da Câmara Municipal de Buritis e faze					
		o seu acompanhamento em conjunto com a Contabilidade e					
		Controle Interno;					
		V - Atuar juntamente com Contador e Controlador Interno na					
		elaboração do Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e					
		Lei Orçamentária da Câmara Municipal de Buritis;					
		VI - Propor medidas tendentes a solucionar problemas do setor					
		contábil do poder legislativo;					
		VII - Monitorar os recursos cuja vinculação implique em regime					
		especial de aplicação;					
		VIII - Auxiliar na apuração de saldo para possível tomada de					



CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS
contas especial;
IX - Acompanhar e garantir o encaminhamento no prazo, de
relatórios ou expedientes exigidos pelo Tribunal de Contas do
Estado de Rondônia, através de Instruções Normativas, ou em Leis
Municipais Estaduais e Federais;
X – análise dos saldos das fichas de despesa orçamentária,
solicitando, quando necessário os créditos adicionais, ou
realocações de recursos (remanejamentos, transposições ouj
transferências), conforme o caso;
XI – acompanhar e analisar a dotação orçamentária do órgão
antes da emissão das notas de empenho;
XII – emissão de notas empenhos orçamentários e notas
extraorçamentárias e anulação total ou parcial de notas de
reserva de dotação e notas de empenho;
XIII – conferência das notas de empenho no que se refere às
contas débito/crédito do Plano de Contas Aplicado ao Setor
Público - PCASP, fontes de recursos, vínculos e centro
de custo;
XIV – conferência da classificação orçamentária das notas de
empenho com a respectiva categoria no plano de contas da
Secretaria do Tesouro Nacional;
XV – contribuir em outras atividades relacionadas ao setor de
Contabilidade;
XVI – outras atividades inerentes à função.
XVII – desempenhar todas as atividades inerentes ao cargo, bem
como as demais que lhe sejam atribuídas por força de leis,
Decreto Legislativo, ou Portaria.
DIRETOR DE IMPRENSA

FUNÇÃO GRATIFICADA/COMISSIONADO (MISTO)

CARGO

**NATUREZA DO CARGO** 



# FUNÇÕES/ATRIBUIÇÕES

- I assessorar e coordenar na divulgação dos atos e fatos originados nos reais interesses do Poder Legislativo;
- II dar suporte aos Parlamentares na coordenação e divulgação das atividades de imprensa, publicidade, exposição de ações, diretrizes, planos, programas e outros assuntos de interesse, econômico e social do Poder Legislativo;
- III assessorar, coordenar e executar as atividades de imprensa de modo geral;
- IV organizar em conjunto com o chefe de gabinete e assessores parlamentares, as agendas de atividades e programas oficiais dos parlamentares;
- V programar solenidade em conjunto com os demais departamentos da Câmara Municipal, coordenando a expedição de convites e auxiliando nas providências necessárias sua execução;
- VI coordenar as solicitações de entrevistas coletivas ou individuais dos parlamentares;
- VII recepcionar autoridades e visitantes em geral de acordo com as normas protocolares;
- VIII elaborar o calendário anual das atividades solenes;
- IX programar e organizar visitas oficiais;
- X acompanhar o Presidente da Câmara nas visitas em obras e serviços realizados pelo Município;
- XI atender e orientar as pessoas ou grupos que desejem conhecer o Legislativo Municipal;
- XII controlar junto ao setor de apoio tecnológico o prazo para publicação e conferir o texto de leis e de atos legislativos nos órgãos de imprensa do Município;
- XIII disponibilizar em conjunto com o setor de apoio tecnológico



a íntegra de leis, de emendas à Lei Orgânica, de resoluções e de decretos legislativos na Internet e para os órgãos de Imprensa que o solicitar, primando pela formatação adequada para visualização; XIV - responsabilizar-se pelo acompanhamento de matérias na imprensa, que tratem sobre a Câmara Municipal, providenciando seu devido arquivamento; XV - providenciar assinatura de jornais e outros periódicos de interesse do Legislativo, com a devida autorização superior; XVI - elaborar matérias jornalísticas, providenciando sua distribuição aos órgãos de imprensa; XVII - elaborar Boletins, notas e manifestações e esclarecimentos com relação a atos, decisões e fatos envolvendo a Câmara Municipal de Buritis/RO; XVIII - desempenhar todas as atividades inerentes ao cargo, bem como as demais que lhe sejam atribuídas por força de leis, Decreto Legislativo, ou Portaria.  CARGO DIRETOR JURÍDICO  NATUREZA DO CARGO COMISSIONADO  FUNÇÕES/ATRIBUIÇÕES  I - dirigir, comandar e coordenar o Setor Jurídico; II - orientar, coordenar e supervisionar os sistemas Jurídicos e legislativos; III - representar o Poder Legislativo em qualquer instância ou tribunal, na promoção da edição e publicação da legislação e dos atos normativos do Poder Legislativo; IV - Orientar na elaboração de Projetos de lei, decretos, portarias, resoluções, regulamentos e demais atos normativos de competência do Poder Legislativo; V - Orientar e emitir parecceres sobre matéria jurídica, atender consultas sobre assuntos ligados ao interesse do Poder					
o solicitar, primando pela formatação adequada para visualização; XIV - responsabilizar-se pelo acompanhamento de matérias na imprensa, que tratem sobre a Câmara Municipal, providenciando seu devido arquivamento; XV - providenciar assinatura de jornais e outros periódicos de interesse do Legislativo, com a devida autorização superior; XVI - elaborar matérias jornalisticas, providenciando sua distribuição aos órgãos de imprensa; XVII - elaborar Boletins, notas e manifestações e esclarecimentos com relação a atos, decisões e fatos envolvendo a Câmara Municipal de Buritis/RO; XVIII - desempenhar todas as atividades inerentes ao cargo, bem como as demais que lhe sejam atribuídas por força de leis, Decreto Legislativo, ou Portaria.  CARGO DIRETOR JURÍDICO  NATUREZA DO CARGO COMISSIONADO  FUNÇÕES/ATRIBUIÇÕES  I - dirigir, comandar e coordenar o Setor Jurídico; II - orientar, coordenar e supervisionar os sistemas Jurídicos e legislativos; III - representar o Poder Legislativo em qualquer instância ou tribunal, na promoção da edição e publicação da legislação e dos atos normativos do Poder Legislativo; IV - Orientar na elaboração de Projetos de lei, decretos, portarias, resoluções, regulamentos e demais atos normativos de competência do Poder Legislativo; V - Orientar e emitir pareceres sobre matéria jurídica, atender		a íntegra de leis, de emendas à Lei Orgânica, de resoluções e de			
XIV - responsabilizar-se pelo acompanhamento de matérias na imprensa, que tratem sobre a Câmara Municipal, providenciando seu devido arquivamento;  XV - providenciar assinatura de jornais e outros periódicos de interesse do Legislativo, com a devida autorização superior;  XVI - elaborar matérias jornalísticas, providenciando sua distribuição aos órgãos de imprensa;  XVII - elaborar Boletins, notas e manifestações e esclarecimentos com relação a atos, decisões e fatos envolvendo a Câmara Municipal de Buritis/RO;  XVIII - desempenhar todas as atividades inerentes ao cargo, bem como as demais que lhe sejam atribuídas por força de leis, Decreto Legislativo, ou Portaria.  CARGO DIRETOR JURÍDICO  NATUREZA DO CARGO COMISSIONADO  I - dirigir, comandar e coordenar o Setor Jurídico;  II - orientar, coordenar e supervisionar os sistemas Jurídicos e legislativos;  III - representar o Poder Legislativo em qualquer instância ou tribunal, na promoção da edição e publicação da legislação e dos atos normativos do Poder Legislativo;  IV - Orientar na elaboração de Projetos de lei, decretos, portarias, resoluções, regulamentos e demais atos normativos de competência do Poder Legislativo;  V - Orientar e emitir pareceres sobre matéria jurídica, atender		decretos legislativos na Internet e para os órgãos de Imprensa que			
imprensa, que tratem sobre a Câmara Municipal, providenciando seu devido arquivamento;  XV - providenciar assinatura de jornais e outros periódicos de interesse do Legislativo, com a devida autorização superior;  XVI - elaborar matérias jornalísticas, providenciando sua distribuição aos órgãos de imprensa;  XVII - elaborar Boletins, notas e manifestações e esclarecimentos com relação a atos, decisões e fatos envolvendo a Câmara Municipal de Buritis/RO;  XVIII - desempenhar todas as atividades inerentes ao cargo, bem como as demais que lhe sejam atribuídas por força de leis, Decreto Legislativo, ou Portaria.  CARGO DIRETOR JURÍDICO  NATUREZA DO CARGO COMISSIONADO  FUNÇÕES/ATRIBUIÇÕES I - dirigir, comandar e coordenar o Setor Jurídico;  II - orientar, coordenar e supervisionar os sistemas Jurídicos e legislativos;  III - representar o Poder Legislativo em qualquer instância ou tribunal, na promoção da edição e publicação da legislação e dos atos normativos do Poder Legislativo;  IV - Orientar na elaboração de Projetos de lei, decretos, portarias, resoluções, regulamentos e demais atos normativos de competência do Poder Legislativo;  V - Orientar e emitir pareceres sobre matéria jurídica, atender		o solicitar, primando pela formatação adequada para visualização;			
seu devido arquivamento;  XV - providenciar assinatura de jornais e outros periódicos de interesse do Legislativo, com a devida autorização superior;  XVI - elaborar matérias jornalísticas, providenciando sua distribuição aos órgãos de imprensa;  XVII - elaborar Boletins, notas e manifestações e esclarecimentos com relação a atos, decisões e fatos envolvendo a Câmara Municipal de Buritis/RO;  XVIII - desempenhar todas as atividades inerentes ao cargo, bem como as demais que lhe sejam atribuídas por força de leis, Decreto Legislativo, ou Portaria.  CARGO DIRETOR JURÍDICO  NATUREZA DO CARGO COMISSIONADO  I - dirigir, comandar e coordenar o Setor Jurídico;  II - orientar, coordenar e supervisionar os sistemas Jurídicos e legislativos;  III - representar o Poder Legislativo em qualquer instância ou tribunal, na promoção da edição e publicação da legislação e dos atos normativos do Poder Legislativo;  IV - Orientar na elaboração de Projetos de lei, decretos, portarias, resoluções, regulamentos e demais atos normativos de competência do Poder Legislativo;  V - Orientar e emitir pareceres sobre matéria jurídica, atender		XIV - responsabilizar-se pelo acompanhamento de matérias na			
XV - providenciar assinatura de jornais e outros periódicos de interesse do Legislativo, com a devida autorização superior; XVI - elaborar matérias jornalísticas, providenciando sua distribuição aos órgãos de imprensa; XVII - elaborar Boletins, notas e manifestações e esclarecimentos com relação a atos, decisões e fatos envolvendo a Câmara Municipal de Buritis/RO; XVIII - desempenhar todas as atividades inerentes ao cargo, bem como as demais que lhe sejam atribuídas por força de leis, Decreto Legislativo, ou Portaria.  CARGO DIRETOR JURÍDICO  NATUREZA DO CARGO COMISSIONADO  FUNÇÕES/ATRIBUIÇÕES  I - dirigir, comandar e coordenar o Setor Jurídico; II - orientar, coordenar e supervisionar os sistemas Jurídicos e legislativos; III - representar o Poder Legislativo em qualquer instância ou tribunal, na promoção da edição e publicação da legislação e dos atos normativos do Poder Legislativo; IV - Orientar na elaboração de Projetos de lei, decretos, portarias, resoluções, regulamentos e demais atos normativos de competência do Poder Legislativo; V - Orientar e emitir pareceres sobre matéria jurídica, atender		imprensa, que tratem sobre a Câmara Municipal, providenciando			
interesse do Legislativo, com a devida autorização superior; XVI - elaborar matérias jornalísticas, providenciando sua distribuição aos órgãos de imprensa; XVII - elaborar Boletins, notas e manifestações e esclarecimentos com relação a atos, decisões e fatos envolvendo a Câmara Municipal de Buritis/RO; XVIII - desempenhar todas as atividades inerentes ao cargo, bem como as demais que lhe sejam atribuídas por força de leis, Decreto Legislativo, ou Portaria.  CARGO DIRETOR JURÍDICO  NATUREZA DO CARGO COMISSIONADO  FUNÇÕES/ATRIBUIÇÕES  I - dirigir, comandar e coordenar o Setor Jurídico; II - orientar, coordenar e supervisionar os sistemas Jurídicos e legislativos; III - representar o Poder Legislativo em qualquer instância ou tribunal, na promoção da edição e publicação da legislação e dos atos normativos do Poder Legislativo; IV - Orientar na elaboração de Projetos de lei, decretos, portarias, resoluções, regulamentos e demais atos normativos de competência do Poder Legislativo; V - Orientar e emitir pareceres sobre matéria jurídica, atender		seu devido arquivamento;			
XVI - elaborar matérias jornalísticas, providenciando sua distribuição aos órgãos de imprensa; XVII - elaborar Boletins, notas e manifestações e esclarecimentos com relação a atos, decisões e fatos envolvendo a Câmara Municipal de Buritis/RO; XVIII - desempenhar todas as atividades inerentes ao cargo, bem como as demais que lhe sejam atribuídas por força de leis, Decreto Legislativo, ou Portaria.  CARGO DIRETOR JURÍDICO  NATUREZA DO CARGO COMISSIONADO  FUNÇÕES/ATRIBUIÇÕES  I - dirigir, comandar e coordenar o Setor Jurídico; II - orientar, coordenar e supervisionar os sistemas Jurídicos e legislativos; III - representar o Poder Legislativo em qualquer instância ou tribunal, na promoção da edição e publicação da legislação e dos atos normativos do Poder Legislativo; IV - Orientar na elaboração de Projetos de lei, decretos, portarias, resoluções, regulamentos e demais atos normativos de competência do Poder Legislativo; V - Orientar e emitir pareceres sobre matéria jurídica, atender		XV - providenciar assinatura de jornais e outros periódicos de			
distribuição aos órgãos de imprensa;  XVII - elaborar Boletins, notas e manifestações e esclarecimentos com relação a atos, decisões e fatos envolvendo a Câmara Municipal de Buritis/RO;  XVIII - desempenhar todas as atividades inerentes ao cargo, bem como as demais que lhe sejam atribuídas por força de leis, Decreto Legislativo, ou Portaria.  CARGO DIRETOR JURÍDICO  NATUREZA DO CARGO COMISSIONADO  FUNÇÕES/ATRIBUIÇÕES  I - dirigir, comandar e coordenar o Setor Jurídico; II - orientar, coordenar e supervisionar os sistemas Jurídicos e legislativos; III - representar o Poder Legislativo em qualquer instância ou tribunal, na promoção da edição e publicação da legislação e dos atos normativos do Poder Legislativo; IV - Orientar na elaboração de Projetos de lei, decretos, portarias, resoluções, regulamentos e demais atos normativos de competência do Poder Legislativo; V - Orientar e emitir pareceres sobre matéria jurídica, atender		interesse do Legislativo, com a devida autorização superior;			
XVII - elaborar Boletins, notas e manifestações e esclarecimentos com relação a atos, decisões e fatos envolvendo a Câmara Municipal de Buritis/RO;  XVIII - desempenhar todas as atividades inerentes ao cargo, bem como as demais que lhe sejam atribuídas por força de leis, Decreto Legislativo, ou Portaria.  CARGO  DIRETOR JURÍDICO  NATUREZA DO CARGO  COMISSIONADO  I - dirigir, comandar e coordenar o Setor Jurídico; II - orientar, coordenar e supervisionar os sistemas Jurídicos e legislativos; III - representar o Poder Legislativo em qualquer instância ou tribunal, na promoção da edição e publicação da legislação e dos atos normativos do Poder Legislativo; IV - Orientar na elaboração de Projetos de lei, decretos, portarias, resoluções, regulamentos e demais atos normativos de competência do Poder Legislativo; V - Orientar e emitir pareceres sobre matéria jurídica, atender		XVI - elaborar matérias jornalísticas, providenciando sua			
com relação a atos, decisões e fatos envolvendo a Câmara Municipal de Buritis/RO;  XVIII – desempenhar todas as atividades inerentes ao cargo, bem como as demais que lhe sejam atribuídas por força de leis, Decreto Legislativo, ou Portaria.  CARGO  DIRETOR JURÍDICO  NATUREZA DO CARGO  I – dirigir, comandar e coordenar o Setor Jurídico; II - orientar, coordenar e supervisionar os sistemas Jurídicos e legislativos; III – representar o Poder Legislativo em qualquer instância ou tribunal, na promoção da edição e publicação da legislação e dos atos normativos do Poder Legislativo; IV – Orientar na elaboração de Projetos de lei, decretos, portarias, resoluções, regulamentos e demais atos normativos de competência do Poder Legislativo; V – Orientar e emitir pareceres sobre matéria jurídica, atender		distribuição aos órgãos de imprensa;			
Municipal de Buritis/RO;  XVIII – desempenhar todas as atividades inerentes ao cargo, bem como as demais que lhe sejam atribuídas por força de leis, Decreto Legislativo, ou Portaria.  CARGO  DIRETOR JURÍDICO  NATUREZA DO CARGO  FUNÇÕES/ATRIBUIÇÕES  I – dirigir, comandar e coordenar o Setor Jurídico; II – orientar, coordenar e supervisionar os sistemas Jurídicos e legislativos; III – representar o Poder Legislativo em qualquer instância ou tribunal, na promoção da edição e publicação da legislação e dos atos normativos do Poder Legislativo; IV – Orientar na elaboração de Projetos de lei, decretos, portarias, resoluções, regulamentos e demais atos normativos de competência do Poder Legislativo; V – Orientar e emitir pareceres sobre matéria jurídica, atender		XVII - elaborar Boletins, notas e manifestações e esclarecimentos			
XVIII – desempenhar todas as atividades inerentes ao cargo, bem como as demais que lhe sejam atribuídas por força de leis, Decreto Legislativo, ou Portaria.  CARGO  DIRETOR JURÍDICO  NATUREZA DO CARGO  COMISSIONADO  I – dirigir, comandar e coordenar o Setor Jurídico; II - orientar, coordenar e supervisionar os sistemas Jurídicos e legislativos; III – representar o Poder Legislativo em qualquer instância ou tribunal, na promoção da edição e publicação da legislação e dos atos normativos do Poder Legislativo; IV – Orientar na elaboração de Projetos de lei, decretos, portarias, resoluções, regulamentos e demais atos normativos de competência do Poder Legislativo; V – Orientar e emitir pareceres sobre matéria jurídica, atender		com relação a atos, decisões e fatos envolvendo a Câmara			
como as demais que lhe sejam atribuídas por força de leis, Decreto Legislativo, ou Portaria.  CARGO  DIRETOR JURÍDICO  NATUREZA DO CARGO  COMISSIONADO  I – dirigir, comandar e coordenar o Setor Jurídico; II - orientar, coordenar e supervisionar os sistemas Jurídicos e legislativos; III – representar o Poder Legislativo em qualquer instância ou tribunal, na promoção da edição e publicação da legislação e dos atos normativos do Poder Legislativo; IV – Orientar na elaboração de Projetos de lei, decretos, portarias, resoluções, regulamentos e demais atos normativos de competência do Poder Legislativo; V – Orientar e emitir pareceres sobre matéria jurídica, atender					
Decreto Legislativo, ou Portaria.  CARGO  DIRETOR JURÍDICO  NATUREZA DO CARGO  I – dirigir, comandar e coordenar o Setor Jurídico; II - orientar, coordenar e supervisionar os sistemas Jurídicos e legislativos; III – representar o Poder Legislativo em qualquer instância ou tribunal, na promoção da edição e publicação da legislação e dos atos normativos do Poder Legislativo; IV – Orientar na elaboração de Projetos de lei, decretos, portarias, resoluções, regulamentos e demais atos normativos de competência do Poder Legislativo; V – Orientar e emitir pareceres sobre matéria jurídica, atender		XVIII – desempenhar todas as atividades inerentes ao cargo, bem			
DIRETOR JURÍDICO  NATUREZA DO CARGO  FUNÇÕES/ATRIBUIÇÕES  I – dirigir, comandar e coordenar o Setor Jurídico; II – orientar, coordenar e supervisionar os sistemas Jurídicos e legislativos; III – representar o Poder Legislativo em qualquer instância ou tribunal, na promoção da edição e publicação da legislação e dos atos normativos do Poder Legislativo; IV – Orientar na elaboração de Projetos de lei, decretos, portarias, resoluções, regulamentos e demais atos normativos de competência do Poder Legislativo; V – Orientar e emitir pareceres sobre matéria jurídica, atender		como as demais que lhe seiam atribuídas por forca de leis			
NATUREZA DO CARGO  I – dirigir, comandar e coordenar o Setor Jurídico;  II - orientar, coordenar e supervisionar os sistemas Jurídicos e legislativos;  III – representar o Poder Legislativo em qualquer instância ou tribunal, na promoção da edição e publicação da legislação e dos atos normativos do Poder Legislativo;  IV – Orientar na elaboração de Projetos de lei, decretos, portarias, resoluções, regulamentos e demais atos normativos de competência do Poder Legislativo;  V – Orientar e emitir pareceres sobre matéria jurídica, atender		de la serial que me sejam acribatada por força de leis,			
FUNÇÕES/ATRIBUIÇÕES  I – dirigir, comandar e coordenar o Setor Jurídico; II - orientar, coordenar e supervisionar os sistemas Jurídicos e legislativos; III – representar o Poder Legislativo em qualquer instância ou tribunal, na promoção da edição e publicação da legislação e dos atos normativos do Poder Legislativo; IV – Orientar na elaboração de Projetos de lei, decretos, portarias, resoluções, regulamentos e demais atos normativos de competência do Poder Legislativo; V – Orientar e emitir pareceres sobre matéria jurídica, atender					
II - orientar, coordenar e supervisionar os sistemas Jurídicos e legislativos;  III - representar o Poder Legislativo em qualquer instância ou tribunal, na promoção da edição e publicação da legislação e dos atos normativos do Poder Legislativo;  IV - Orientar na elaboração de Projetos de lei, decretos, portarias, resoluções, regulamentos e demais atos normativos de competência do Poder Legislativo;  V - Orientar e emitir pareceres sobre matéria jurídica, atender	CARGO	Decreto Legislativo, ou Portaria.			
legislativos;  III — representar o Poder Legislativo em qualquer instância ou tribunal, na promoção da edição e publicação da legislação e dos atos normativos do Poder Legislativo;  IV — Orientar na elaboração de Projetos de lei, decretos, portarias, resoluções, regulamentos e demais atos normativos de competência do Poder Legislativo;  V — Orientar e emitir pareceres sobre matéria jurídica, atender		Decreto Legislativo, ou Portaria.  DIRETOR JURÍDICO			
III — representar o Poder Legislativo em qualquer instância ou tribunal, na promoção da edição e publicação da legislação e dos atos normativos do Poder Legislativo;  IV — Orientar na elaboração de Projetos de lei, decretos, portarias, resoluções, regulamentos e demais atos normativos de competência do Poder Legislativo;  V — Orientar e emitir pareceres sobre matéria jurídica, atender	NATUREZA DO CARGO	Decreto Legislativo, ou Portaria.  DIRETOR JURÍDICO  COMISSIONADO			
tribunal, na promoção da edição e publicação da legislação e dos atos normativos do Poder Legislativo;  IV – Orientar na elaboração de Projetos de lei, decretos, portarias, resoluções, regulamentos e demais atos normativos de competência do Poder Legislativo;  V – Orientar e emitir pareceres sobre matéria jurídica, atender	NATUREZA DO CARGO	Decreto Legislativo, ou Portaria.  DIRETOR JURÍDICO  COMISSIONADO  I – dirigir, comandar e coordenar o Setor Jurídico;			
atos normativos do Poder Legislativo;  IV – Orientar na elaboração de Projetos de lei, decretos, portarias, resoluções, regulamentos e demais atos normativos de competência do Poder Legislativo;  V – Orientar e emitir pareceres sobre matéria jurídica, atender	NATUREZA DO CARGO	Decreto Legislativo, ou Portaria.  DIRETOR JURÍDICO  COMISSIONADO  I – dirigir, comandar e coordenar o Setor Jurídico; II - orientar, coordenar e supervisionar os sistemas Jurídicos e			
<ul> <li>IV – Orientar na elaboração de Projetos de lei, decretos, portarias, resoluções, regulamentos e demais atos normativos de competência do Poder Legislativo;</li> <li>V – Orientar e emitir pareceres sobre matéria jurídica, atender</li> </ul>	NATUREZA DO CARGO	Decreto Legislativo, ou Portaria.  DIRETOR JURÍDICO  COMISSIONADO  I – dirigir, comandar e coordenar o Setor Jurídico; II - orientar, coordenar e supervisionar os sistemas Jurídicos e legislativos;			
resoluções, regulamentos e demais atos normativos de competência do Poder Legislativo;  V — Orientar e emitir pareceres sobre matéria jurídica, atender	NATUREZA DO CARGO	Decreto Legislativo, ou Portaria.  DIRETOR JURÍDICO  COMISSIONADO  I – dirigir, comandar e coordenar o Setor Jurídico; II - orientar, coordenar e supervisionar os sistemas Jurídicos e legislativos; III – representar o Poder Legislativo em qualquer instância ou			
competência do Poder Legislativo; V — Orientar e emitir pareceres sobre matéria jurídica, atender	NATUREZA DO CARGO	Decreto Legislativo, ou Portaria.  DIRETOR JURÍDICO  COMISSIONADO  I – dirigir, comandar e coordenar o Setor Jurídico; II - orientar, coordenar e supervisionar os sistemas Jurídicos e legislativos; III – representar o Poder Legislativo em qualquer instância ou tribunal, na promoção da edição e publicação da legislação e dos			
V – Orientar e emitir pareceres sobre matéria jurídica, atender	NATUREZA DO CARGO	Decreto Legislativo, ou Portaria.  DIRETOR JURÍDICO  COMISSIONADO  I – dirigir, comandar e coordenar o Setor Jurídico; II - orientar, coordenar e supervisionar os sistemas Jurídicos e legislativos; III – representar o Poder Legislativo em qualquer instância ou tribunal, na promoção da edição e publicação da legislação e dos atos normativos do Poder Legislativo;			
	NATUREZA DO CARGO	DIRETOR JURÍDICO  COMISSIONADO  I – dirigir, comandar e coordenar o Setor Jurídico; II - orientar, coordenar e supervisionar os sistemas Jurídicos e legislativos; III – representar o Poder Legislativo em qualquer instância ou tribunal, na promoção da edição e publicação da legislação e dos atos normativos do Poder Legislativo; IV – Orientar na elaboração de Projetos de lei, decretos, portarias,			
consultas sobre assuntos ligados ao interesse do Poder	NATUREZA DO CARGO	Directo Legislativo, ou Portaria.  DIRETOR JURÍDICO  COMISSIONADO  I – dirigir, comandar e coordenar o Setor Jurídico; II - orientar, coordenar e supervisionar os sistemas Jurídicos e legislativos; III – representar o Poder Legislativo em qualquer instância ou tribunal, na promoção da edição e publicação da legislação e dos atos normativos do Poder Legislativo; IV – Orientar na elaboração de Projetos de lei, decretos, portarias, resoluções, regulamentos e demais atos normativos de			
	NATUREZA DO CARGO	DIRETOR JURÍDICO  COMISSIONADO  I – dirigir, comandar e coordenar o Setor Jurídico; II - orientar, coordenar e supervisionar os sistemas Jurídicos e legislativos; III – representar o Poder Legislativo em qualquer instância ou tribunal, na promoção da edição e publicação da legislação e dos atos normativos do Poder Legislativo; IV – Orientar na elaboração de Projetos de lei, decretos, portarias, resoluções, regulamentos e demais atos normativos de competência do Poder Legislativo;			



	CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS
	Legislativo;
	VI – coordenar sobre a forma mais regular e legal de prática de
	atos e procedimentos jurídico administrativos e legislativos;
	VII – Orientar na organização do arquivo físico e digital organizado
	e completo do setor jurídico, em boa guarda e que permita
	continuidade da sua análise e utilização;
	VIII – orientar o Presidente e demais autoridades que compõem
	Poder legislativo informando sobre o detalhamento e andament
	dos trabalhos do Setor Jurídico;
	IX – instruir Presidente e autoridades ligadas ao Legislativ
	Municipal, a respeito de novas legislações ou alterações delas;
	X – orientar quanto ao recebimento de citações iniciais, onde
	Poder Legislativo for réu ou interveniente;
	XI – orientar na realização de defesa junto aos órgão
	fiscalizadores de atos praticados pelos servidores do Pode
	Legislativo;
	XII – emitir pareceres sobre todas as matérias submetidas à su
	análise;
	XIII – orientar na uniformização dos critérios técnicos e forma
	aplicáveis à elaboração de atos oficiais, pareceres e outre
	instrumentos jurídicos;
	XIV – acompanhar as publicações de natureza jurídica e mant
	atualizado o ordenamento jurídico;
	XV – dirigir todos os atos atinentes ao Setor Jurídico;
	XVI – reportar-se ao Presidente do Poder Legislativo, autoridade
	qual se encontra subordinado.
	XVII - coordenar a equipe do Setor Jurídico e Legislativo.
CARGO	ASSESSOR DE AGENTE DE CONTRATAÇÕES
NATUREZA DO CARGO	FUNÇÃO GRATIFICADA/COMISSIONADO (MISTO)



	CAMARA MUNICIPAL DE BURITIS				
	I – receber os processos a si designados, após os despachos				
FUNÇÕES/ATRIBUIÇÕES	necessários, dando-lhes o encaminhamento legal;				
	II – diligenciar para o exato cumprimento da Lei de Licitações				
	pública, suas alterações e demais legislações Municipal, Estadual				
	ou Federal que tratem sobre o tema;				
	III – manter arquivo atualizado e organizado de todos os				
	procedimentos realizados, bem como de documentos expedidos;				
	IV – receber os documentos referentes a licitações, conferindo-os				
	e adotando as medidas imediatas, caso encontre alguma				
	irregularidade;				
	V – promover as publicações dos editais, chamadas, contratos,				
	atas e de todos os demais documentos referentes a licitações,				
	garantindo a publicidade do certame e regularidade do certame				
	licitatório;				
	VI – providenciar os despachos e assinaturas necessárias;				
	VII – definir as datas de sessões, procedendo aos atos legais				
	necessários;				
	VIII – receber os documentos para cadastramento de				
	fornecedores, conferindo-os para garantia dos padrões, prazos e				
	espécies, elaborando o certificado próprio;				
	IX – garantir no decorrer dos processos, a emissão de pareceres				
	obrigatórios, bem como da juntada de documentos, obedecendo,				
	rigorosamente a ordem cronológica da sua apresentação;				
	X – assessorar o Agente de Contratações;				
	XI – desempenhar todas as atividades inerentes ao cargo, bem				
	como as demais que lhe sejam atribuídas por força de leis,				
	Decreto Legislativo, ou Portaria.				
CARGO	CHEFE DE GABINETE				

**NATUREZA DO CARGO** 

FUNÇÃO GRATIFICADA/COMISSIONADO (MISTO)



Γ	FUNÇÕES/ATRIBUIÇÕES	I - chefiar o gabinete do Vereador ao qual é subordinado;			
		II - receber, conferir e protocolar expedientes internos e externos			
		recebidos no gabinete, dando-lhes o devido destino;			
		III - protocolar e expedir a correspondência oficial do gabinete;			
		IV – auxiliar na criação de estratégias de valorizações das ações dos			
		Vereadores;			
		V - dar encaminhamento às matérias de interesse do gabinete;			
		VI – oferecer apoio técnico administrativo, propiciando suporte			
		para o exercício das competências legislativas;			
		VII - executar outras atividades correlatas às descritas à critério do			
		superior imediato;			
		VIII – elaborar documentos oficiais, providenciando o seu			
		protocolo;			
		IX - coordenar e promover encontros com lideranças políticas;			
		X - promover pesquisas de interesse parlamentar;			
		XI – desempenhar todas as atividades inerentes ao cargo, bem			
		como as demais que lhe sejam atribuídas através de leis,			
		Resolução ou Portaria.			
	CARGO	ASSESSOR PARLAMENTAR			
	NATUREZA DO CARGO	FUNÇÃO GRATIFICADA/COMISSIONADO (MISTO)			
ľ	FUNÇÕES/ATRIBUIÇÕES	I - Executar as tarefas determinadas pelo Vereador ao qual está			
		subordinado;			
		II – Elaborar ofícios, memorandos, Indicações e outros			
		documentos, providenciando o seu protocolo;			
		III – Manter arquivo cronológico de correspondências expedidas e			
		recebidas pelo Vereador;			
		IV – Checar periodicamente o e-mail e responder as			

correspondências do vereador ao qual está subordinado;

V - Proceder ao atendimento ao público, prestando as



	informações necessárias;			
	VI – Manter controle de materiais e equipamentos levando em			
	consideração a economicidade pública;			
	VII – Informar ao Vereador quaisquer problemas que cheguem ao			
	gabinete;			
	VIII – Manter postura ética e de respeito com os demais			
	Vereadores e com os demais servidores do Poder Legislativo;			
	IX – Somente ausentar-se do Gabinete do Vereador, quando por			
	determinação deste, devendo manter o Gabinete aberto ao			
	público, no horário de expediente;			
	X – Assinar diariamente a folha de ponto e mantê-la visivelmente			
	no gabinete, devendo ser entregue o setor de RH mensalmente,			
	no último dia útil, devidamente assinada pelo Vereador;			
	XI – Manter-se em seu Gabinete durante o horário de trabalho			
	evitando transitar por outras salas;			
	XII - Coordenar e promover encontros com lideranças políticas;			
	XII - Coordenar e promover encontros com lideranças políticas; XIII - Promover pesquisas de interesse parlamentar;			
	XIII - Promover pesquisas de interesse parlamentar;			
	XIII - Promover pesquisas de interesse parlamentar; XIV – Desenvolver as demais atividades que lhe forem atribuídas			
CARGO	XIII - Promover pesquisas de interesse parlamentar;  XIV – Desenvolver as demais atividades que lhe forem atribuídas por lei, decreto, portaria, pelo Chefe de gabinete ou pelo			
CARGO NATUREZA DO CARGO	XIII - Promover pesquisas de interesse parlamentar;  XIV – Desenvolver as demais atividades que lhe forem atribuídas  por lei, decreto, portaria, pelo Chefe de gabinete ou pelo  Vereador ao qual está subordinado.			
	XIII - Promover pesquisas de interesse parlamentar;  XIV – Desenvolver as demais atividades que lhe forem atribuídas por lei, decreto, portaria, pelo Chefe de gabinete ou pelo Vereador ao qual está subordinado.  CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA			
NATUREZA DO CARGO	XIII - Promover pesquisas de interesse parlamentar;  XIV – Desenvolver as demais atividades que lhe forem atribuídas por lei, decreto, portaria, pelo Chefe de gabinete ou pelo Vereador ao qual está subordinado.  CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA  FUNÇÃO GRATIFICADA/COMISSIONADO (MISTO)			
NATUREZA DO CARGO	XIII - Promover pesquisas de interesse parlamentar;  XIV – Desenvolver as demais atividades que lhe forem atribuídas por lei, decreto, portaria, pelo Chefe de gabinete ou pelo Vereador ao qual está subordinado.  CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA  FUNÇÃO GRATIFICADA/COMISSIONADO (MISTO)  I - chefiar o gabinete da Presidência;			
NATUREZA DO CARGO	XIII - Promover pesquisas de interesse parlamentar;  XIV – Desenvolver as demais atividades que lhe forem atribuídas por lei, decreto, portaria, pelo Chefe de gabinete ou pelo Vereador ao qual está subordinado.  CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA  FUNÇÃO GRATIFICADA/COMISSIONADO (MISTO)  I - chefiar o gabinete da Presidência;  II - receber, conferir e protocolar expedientes internos e externos			

Vereadores;

V - dar encaminhamento às matérias de interesse do gabinete;



 VI – oferecer apoio técnico administrativo, propiciando suporte para o exercício das competências legislativas;

VII - executar outras atividades correlatas às descritas à critério do superior imediato;

VIII – elaborar ofícios, memorandos, Indicações e outros documentos, providenciando o seu protocolo;

IX - coordenar e promover encontros com lideranças políticas;

X - promover pesquisas de interesse parlamentar;

XI – coordenar e orientar os chefes de gabinetes e assessores
 parlamentares sobre atividades inerentes as suas atribuições;

XII – Organizar o fluxo de atendimento para que as demandas sejam feitas por prioridades;

XIII – realizar o planejamento, organização, supervisão e controle das atividades do Gabinete da Presidência;

XIV – Preparar agenda de audiências, visitas, reuniões e despachos do Presidente;

XV – desempenhar todas as atividades inerentes ao cargo, bem como as demais que lhe sejam atribuídas através de leis, Resolução ou Portaria.

**Art. 4º** Altera o Anexo II, da Lei Municipal Nº 1908/2023, que passará a contar com a seguinte redação:

			ANEXO	11		
	D	AS FUNÇÕ	DES GRATIFICADA	AS OU EM C	OMISSÃO	
				REFE	RÊNCIA	REQUISITOS PARA
SEQ	NOMENCLATURA DO CARGO	Nº VAG.	VALOR	FG	COMISSÃO	O CARGO E CARGA HORÁRIA
01	DIRETOR GERAL	01	R\$ 5.000,00	2.000,00	х	I - Ensino Médio; II - Idade mínima de



						18 anos;
						III – 40 horas
						semanais;
						IV – Noções básicas
						de informática.
						I - Ensino Médio;
02	DIRETOR DE	01	R\$ 4.000,00	1.000,00	х	II - Idade mínima de
02	RECURSOS	01	11.000,00	1.000,00	<b>X</b>	18 anos
	HUMANOS E					
						III – 40 horas
	FINANÇAS					semanais
						IV – Noções básicas
						de informática.
03		125				I - Ensino Médio;
	DIRETOR	01	R\$ 4.000,00	1.000,00	х	II - Idade mínima de
	LEGISLATIVO					18 anos;
						III – 40 horas
						semanais;
						IV – Noções básicas
						de informática.
						I - Ensino Médio;
04	DIRETOR DE	01	R\$ 4.000,00	1.000,00	х	II - Idade mínima de
	PLANEJAMENTO E					18 anos;
	ORÇAMENTO					III – 40 horas
						semanais;
						IV – Noções básicas
	:					de informática.
05						I - Ensino Médio;
	DIRETOR DE	01	R\$ 4.000,00	1.000,00	X	II - Idade mínima de



						III – 40 horas
						semanais
						IV – Noções básicas
						de informática.
						I - Superior
						completo na
06	DIRETOR	01	R\$ 8.000,00		х	graduação de
	JURÍDICO					Bacharel em
						Direito;
						II - Idade mínima de
						18 anos.
						III – Registro em
						Classe Profissional;
						IV – 20 horas
						semanais
						I - Ensino Médio;
07	ASSESSOR DE	02	R\$ 3.050,00	620,00	х	II - Idade mínima de
	AGENTE DE					18 anos;
	CONTRATAÇÕES					III – 40 horas
						semanais;
						<ul><li>IV – Noções básicas de informática.</li></ul>
						I - Ensino Médio;
08	CHEFE DE	12	R\$ 2.000,00	620,00	х	II - Idade mínima de
	GABINETE					18 anos;
						III – 40 horas
						semanais;
						IV – Noções básicas
						de informática.
						I - Ensino Médio;



09	ASSESSOR	13	1.320,00	520,00	Х	II - Idade mínima de
	PARLAMENTAR					18 anos;
						III – 40 horas
						semanais;
						IV – Noções básicas
						de informática.
-						I - Ensino Médio;
10	CHEFE DE	01	R\$ 3.200,00	720,00	х	II - Idade mínima de
	GABINETE					18 anos;
	DA PRESIDÊNCIA					III – 40 horas
						semanais;
						IV – Noções básicas
					) <sup>3</sup>	de informática.

Art. 5º Essa Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 01 de outubro de 2023.

Gabinete do Vereador Presidente Moisés Paulo da Costa, aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e três.

Moisés Paulo da Costa

Presidente da CMB